

IVALDO CAVALCANI



Delfim e Roberto Campos: objetivo é diminuir o Estado, tornando mais eficiente a economia

Josaphat isenta Constituição de qualquer culpa pela crise atual

Em pronunciamento no plenário do Senado, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), um dos juristas mais respeitados do Congresso, alertou os que defendem emendas à Constituição de que "sacudir a estabilidade das instituições com mudanças sugeridas por motivos circunstanciais é desserviço ao Estado, à sociedade e ao Governo, que se desguarnecem de razões de firmeza e confiança".

O senador aconselhou prudência no exame da pretendida reforma constitucional desejada pelo Governo, alertando para preocupações sobre "o que se quer reformar, o que se deve reformar e o que, presumidamente, se pode reformar". Josaphat recomendou reflexão para não deformar, com emendas, o sistema constitucional, e para limitar a reforma ao necessário e conveniente.

Segundo Josaphat, nem o Go-

verno oculta a grave crise do País, "mas reconhece e apela para o entendimento das forças políticas e sociais, a fim de superá-la". Ele lembrou que nenhuma Constituição é intocável. "Qualquer que seja, por menos imperfeita que se a considere, contém equívocos ou lacunas. Nem por isso, contudo, cabem reformas institucionais bruscas onde não se verificaram mutações inesperadas".

O senador disse, também, que "a crise não atinge ainda o cerne das instituições políticas, já que os três poderes funcionam segundo o princípio de independência e harmonia definido na Constituição. "A Carta de 1988, assinalou, até pelo tempo de vigência, não responde pela situação de incerteza e instabilidade prolongadas. Josaphat considera "pernicioso" apontar-se vícios antes de ver o texto constitucional largamente experimentado e

complementado pelas leis indispensáveis.

Preocupado, ele disse que "num quadro partidário grandemente esgarçado, sem nítidas diretrizes programáticas, dominado por desconfiças notórias, toda tentativa de emenda constitucional mais complexa e polêmica é de curso imprevisível". Na opinião de Josaphat, reforma constitucional para ser prudentemente admitida deve limitar-se ao que for indispensável às providências legais e administrativas destinadas a corrigir ou sanar os fatos.

Na Câmara, o mesmo tema foi tratado pelo líder do PC do B, Haroldo Lima, que qualificou o **Emendão** de "golpe contra a ordem institucional". Da tribuna, Haroldo Lima afirmou até que "em jogo não está a simples mudança da Carta em vigor, mas sim a permanência do presidente Collor no cargo".